

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2341050820190517093453

Processo 0802091-23.2019.8.23.0010 ☆ - (111 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>					
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor de Justiça <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>					
30 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 30				500 por pág.	1
Seq.	Data	Evento	Movimentado Por		
<input type="checkbox"/>	30	17/05/2019 09:34:53	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE		
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
		30.1 Arquivo: Petição	Procurador		
		FILHOJOAO ALVES BARBOSA	2563448IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALJUR01.PDF		
		FILHO,	Público		
<input type="checkbox"/>	29	15/05/2019 18:15:45	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE		
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (08/05/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	Procurador		
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 09/05/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 24)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
		JUNTADA DE LAUDO (08/05/2019) e ao evento de expedição seq. 26.	Procurador		
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			
		(Pelo advogado/curador/defensor de NAZARENO CARDOSO DE SOUSA) em 08/05/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 24) JUNTADA DE LAUDO (08/05/2019) e ao evento de expedição seq. 25.	Thiago Amorim Dos Santos		
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Advogado		
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (08/05/2019)	OTONIEL ANDRADE PEREIRA		
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Analista Judiciário		
		Para advogados/curador/defensor de NAZARENO CARDOSO DE SOUSA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (08/05/2019)	OTONIEL ANDRADE PEREIRA		
			Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	24	08/05/2019 10:31:31	JUNTADA DE LAUDO		
			Thiago Amorim Dos Santos		
<input type="checkbox"/>	23	09/04/2019 14:49:26	JUNTADA DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO		
			Advogado		
<input type="checkbox"/>	22	09/04/2019 14:41:06	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO		
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (19/03/2019)	Thiago Amorim Dos Santos		
		DECORRIDO PRAZO DE PERITO ROGERIO LEONARDO DE PAULA DIAS	Advogado		
		(Para Perito Rogerio Leonardo de Paula Dias *Referente ao evento (seq. 7) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(19/03/2019) e ao evento de expedição seq. 11.	SISTEMA CNJ		
		PRAZO DECORRIDO			
		Sem Resposta - (Referente a(o) MANDADO determinado pelo evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(19/03/2019). Parte: NAZARENO CARDOSO DE SOUSA	SISTEMA CNJ		
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			
		(Pelo Perito Rogerio Leonardo de Paula Dias(Leitura automática em 29/03/2019 às 23:59)) em 29/03/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 7)	SISTEMA CNJ		
		PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (19/03/2019) e ao evento de expedição seq. 11.			
		LEITURA DE MANDADO REALIZADA			
		MANDADO lido em 22/03/2019 - Referente ao evento de expedição (seq. 12) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (19/03/2019 09:28:23). Parte: NAZARENO CARDOSO DE SOUSA	ALINE BLEICH SANDER		
		RETORNO DE MANDADO	Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	17	26/03/2019 21:53:13	Referente ao evento (seq. 12) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (19/03/2019 09:28:23). Parte: NAZARENO CARDOSO DE SOUSA		
			GIVANILDO MOURA		
			Oficial de Justiça		



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08020912320198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NAZARENO CARDOSO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo. Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 06/01/2018, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda, pois somente foi registrado apenas em 11/07/2018 após 6 meses da data do alegado acidente noticiado.

**Frisa-se não se apresentar crível, nem verossímil, que a parte autora venha apresentar lesão invalidante vários meses após ter sido submetido à avaliação médica administrativa. Digno de destaque são os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do aparecimento tardio de uma permanente invalidez.**

**OCORRE QUE, APÓS A DEVIDA REGULAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, QUANDO A PARTE AUTORA FOI SUBMETIDA A EXAME PERICIAL CONSTATOU-SE A AUSÊNCIA DE SEQUELA INDENIZÁVEL NO JOELHO ESQUERDO, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ COBERTURA PARA TAL LESÃO, UMA VEZ QUE EM SEDE**

**ADMINISTRATIVA NÃO FORAM ENCONTRADAS LESÕES QUE PUDESSEM TORNAR A PARTE AUTORA INVÁLIDA EM CARÁTER PERMANENTE.**

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 15 de maio de 2019.

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**